

BRASIL, CHILE E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: O CONSENSO EM QUESTÃO.

Meire Mathias*

Rodolfo Sanches**

Ao menos desde quase uma década temos visto algo qualitativamente novo surgir no cenário político brasileiro e, também, mundial. Corresponde ao avanço dos ultraliberais e ultraconservadores, no campo político e cultural. Este novo quadro conjuntural corresponde uma dada alteração nas bases do consenso dominante ou, então, uma intensificação de elementos definidos no âmbito das correlações de força, interna e externa, intra e entre classes.

No que se refere à América Latina, pudemos observar o fim, por vezes, derrocada de vários governos progressistas que marcaram época nos anos 2000, com exceção, mas não sem alterações, da Venezuela. No seu extremo oposto, o governo de Donald Trump nos EUA. Na Argentina vimos à eleição de Mauricio Macri, signatário do ultraliberalismo; no Brasil a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro, associado às forças e aos formuladores do pensamento ultraliberal. No Chile a reeleição de Sebastián Piñera, na Colômbia a manutenção do mesmo grupo reacionário no poder através da eleição de Iván Duque, no Equador, Lenín Moreno. Na Bolívia, o governo de Jeanine Añez não foge ao perfil e base de sustentação política conservadora. Recentemente, no Uruguai, o conservador Luis Lacalle Pou, assumiu a presidência do país.

Na Venezuela, mantém-se Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, no entanto, a crise em seus aspectos político, econômico e social está longe de ser superada. O grau de precariedade das condições de vida da população se intensifica, o fluxo migratório também, e, diferentemente da década passada, atualmente a Venezuela enfrenta isolamento no âmbito regional latino-americano e dura oposição, por parte do Governo de Donald Trump. Se tempos atrás, os países vizinhos buscavam formas de integração,

* Doutora em Ciências Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL).

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Marília. Membro do Grupo de Pesquisa “Cultura e Política do Mundo do Trabalho do Grupo de Pesquisa” e do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL).

agora, mediante o caráter ultraconservador dos governos, as diretrizes das políticas exteriores na região claramente tomam distancia do país sob o governo Maduro. Em consequência do bloqueio estadunidense, Venezuela e Irã, assinaram acordo¹ para criar uma frente comum contra as sanções aplicadas pelos EUA. Além de buscar alternativas bilaterais, Venezuela² apresentou denúncia contra os EUA na Corte Penal Internacional, em Haia, por crimes de lesa-humanidade.

Tendo em vista o atual contexto latino americano de crise, o presente texto congrega reflexões primeiras a respeito das alterações qualitativas que se pode denotar na construção do consenso que tem legitimado tais acontecimentos. Há uma evidente escalada conservadora no mundo e na América Latina, sendo que, nota-se também a intensificação dos desígnios neoliberais. Por ora, nos deteremos a avaliar a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil no âmbito de suas propostas políticas, culturais e econômicas, realizando um contraponto analítico com o Chile de Pinochet e suas reformas estruturais empreendidas pelos Chicago Boys. Ou seja, buscamos apontar ações convergentes, nexos ou similaridades entre os casos, Brasil/Chile, sem desprezar particularidades dos acontecimentos em cada caso.

Esta avaliação é factível em nosso entendimento por um conjunto de motivos. Em primeiro lugar pela ode, pública e evidente, feita por Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, aos feitos político-institucionais e econômicos do Chile de Pinochet³, primeiro “laboratório” neoliberal. Em segundo, há uma afirmação de Breno Altman, diretor do Opera Mundi, que nos chama atenção. Diz ele que Bolsonaro é, para nós, um Pinochet institucional⁴. Entendemos que esta afirmação levanta o problema de fundo que aqui nos interessamos: a questão do consenso. Tomás Moulian (2017), sociólogo chileno, expõe com maestria o decorrer histórico do regime de Pinochet e é muito claro ao afirmar que a partir dos anos 1977-78 a ditadura altera uma condição fundamental: abre mão da primazia do terror, puro e simples, para adentrar ao campo da institucionalidade.

¹ Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/02/ira-e-venezuela-rompem-bloqueio-economico-e-inauguram-supermercado-em-caracas>; <https://revistaforum.com.br/global/exclusivo-tres-navios-petroleiros-do-ira-chegaram-na-venezuela-desafiando-bloqueio-dos-eua>.

² Cf. <https://revistaforum.com.br/global/venezuela-apresenta-provas-contras-eua-na-corte-de-haia-por-crimes-de-lesa-humanidade>.

³Cf. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/12/paulo-guedes-financial-times/>; Cf. <https://diplomatie.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita>.

⁴ Cf. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53525/bolsonaro-e-um-pinochet-institucional-para-o-brasil-diz-breno-altman>

Esta reflexão última, nos inspira a refletir sobre a perspectiva gramsciana em que força e consenso não caminham em separado e ainda, ao fim, o nível das composições políticas, culturais e econômicas se vinculam a uma disputa mais ampla e complexa: trata-se de uma disputa hegemônica.

Hegemonia, direção e domínio.

Antonio Gramsci, quando versa sobre a Revolução Francesa, estabelece uma temporalidade para esse feito, entendendo-a como um processo contraditório, marcado de avanços e retrocessos, que dura entre 1789, com a eclosão da Revolução, até o ano de 1871, momento esse em que a Comuna de Paris é derrotada. Esta sua visão corrobora com o que se expôs até o momento, haja visto que demonstra a exata historicidade deste bloco histórico⁵ burguês e evidencia sua faceta relacional, isto é, a categoria analítica se qualifica justamente por sua capacidade abrangente de subsumir contradições intrínsecas às reflexões. Em outras palavras, a derrota completa do “velho” (aristocracia feudal) só foi possível quando o “novo” (a burguesia liberal) fora capaz de sufocar o “novíssimo” (a classe trabalhadora) que emergia de suas entranhas⁶.

Amparados nesta exemplificação histórica, podemos abstrair uma reflexão de fundo importante e que perpassa os nossos objetivos com a proposição deste ensaio. Os embates existentes entre as classes sociais fundamentais se dão em âmbitos de universalidade, isto é, requerem de seus representantes, ou intelectuais orgânicos, a constituição de uma dada filosofia capaz de sedimentar uma *visão de mundo* coesiva, substrato esse que avaliza um compósito de sociabilidade instrumentalizada em uma complexa noção de hegemonia⁷. Deste ponto, sabemos que as transformações observáveis no mundo real provêm de duas qualidades distintas: de um lado, aquelas que reformulam o bloco histórico existente, porque a sua volatilidade se expressa, inclusive, em diferenciações de *visão de mundo* nas próprias frações de uma classe; e, de outro, aquelas

⁵ “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. (GRAMSCI, 2011a, p. 26)

⁶ “De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotaram-se historicamente todos os germens nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim a sua vitalidade tanto em relação ao velho quanto em relação ao novíssimo”. (GRAMSCI, 2011a, p. 39)

⁷ Cf. GRUPPI, Luciano. 2000.

que buscam pautar e instituir uma transição cujo objetivo é a superação de um bloco por outro, ou seja, de uma hegemonia por outra.

Neste contexto, alguns bastiões intelectuais (e culturais) do paradigma estabelecido pelo século XIX ganham força suficiente para intervir no debate público e reorientar os pilares da filosofia liberal mantenedora da hegemonia burguesa em curso. Vimos emergir, dos bastidores da história para o palco central, um grupo de intelectuais orgânicos vinculados à fração financeira da burguesia internacional, chamados de neoliberais. Recoloca-se o “mito” da liberalização completa como único caminho possível de salvaguardar a continuidade do sistema sociopolítico capitalista.

David Harvey (2009) produz uma interessante abordagem para se compreender as relações econômicas atuais e como elas refletem nas demais esferas de reprodução da vida social. Em nosso entendimento, o que merece ser destaque é que toda transformação de tamanha magnitude, como a ocorrida na suplantação do consenso keynesiano pelo consenso neoliberal, exige uma formatação/adaptação psicofísica das massas trabalhadoras, pois, ao alterarem os ritmos de trabalho e os índices de produtividade, modificar-se-iam todos os parâmetros sobre o quais estavam ancorados os trabalhadores e empresários⁸.

A compressão do espaço/tempo, elemento central, na visão de Harvey, que expressa bem nossa contemporaneidade assombra as populações pela inveterada predominância do capital financeiro especulativo sobre todos os demais setores, principalmente o capital produtivo. Toda a dinâmica de produção da subsistência alcança um tamanho grau de especulação monetária, visando lucro, que toda e qualquer ação humana, de certa forma, está subordinada. É a concreção mais evidente da *hegemonia neoliberal* no globo terrestre. Ademais, sabemos que este processo não foi, doravante, linear e absoluto. Houveram resistências e elas se explicitaram de diversas formas⁹.

As inovações tecnológicas e a toyotização das plantas produtivas e gerência/gestão administrativa serão as evidências destas transformações no campo aparente, pois que mais imediato à grandes parcelas da população mundial. Não sem demora, outras formas de produção/gerência adaptam-se ao novo, sem que, portanto, seja necessário a eliminação completa do antigo para que novo se estabeleça. Em

⁸Cf. Americanismo e Fordismo, GRAMSCI, 2011b.

⁹ Cf. HARVEY, 2008.

determinadas maneiras, o velho passa a desempenhar importantes funções na consolidação do novo.

Seguindo na esteira do pensamento de Gramsci, apreendemos que as transformações do campo produtivo geram adaptações no campo dos sistemas internacionais¹⁰. Ao avaliarmos os impactos destas mudanças, se verifica que a formatação dos sistemas internacionais é feita sob a lógica do *modus operandi* avistada na relação Estado, capital e trabalho. Todos os avanços em matéria de política internacional, de tal modo, têm a ver com a dissolução ou não da contradição entre acumulação de capital e organização do espaço político. E que, igualmente, “pode-se argumentar que a sedução pelas concepções presentes no neoliberalismo, sobretudo de liberdade (individual e de mercado) revelam a potencialidade que este pensamento tem quanto a transformar concepções em princípios, e fazer destes últimos, instrumentos dinamizadores da ordem político-econômica”. Contudo, enquanto força política, “o neoliberalismo funciona como elemento aglutinador dos polos de poder mundial, bem como, definidor de condicionalidades no caso dos acordos internacionais”, logo, “o ponto de inflexão entre o pensamento e a prática neoliberal está na disputa entre Estados pela hegemonia econômica e política dentro de um mercado capitalista” (MATHIAS, 2015, pp. 71-72).

Assim sendo, podemos avistar uma série de alterações no conjunto ideológico da burguesia cuja repercussão, em termos de linha de transmissão, no *modus operandi* da hegemonia é evidente. Há, de imediato, um abrupto abandono dos valores universais contidos na filosofia liberal. Como consequência, e já marcando uma segunda diferença, o neoliberalismo exige “uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre-concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência à uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas 'tal como elas são'”. (PAULANI, 2005, p. 126). Diz Leda, em avaliação e síntese, que:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construída (ou reconstruída) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. Não há papel aí, portanto, para a 'ciência' econômica. A norma que define esta doutrina não decorre da constatação 'científica' (que seria em princípio produzida pelo paradigma neoclássico) de que essa sociedade é a melhor possível e/ou de que o mercado é o demiurgo de um processo que maximiza as utilidades e lucros e minimiza custos,

¹⁰ Cf. GRAMSCI, 2011a, p. 20.

produzindo o 'ótimo social'. As pretensões científicas da teoria atrapalham a consecução dos objetivos concretos e práticos da economia capitalista. A ciência não demonstra e nem pode demonstrar nada; ela não 'prova' que esse é o mais eficiente possível, que nele todos os agentes podem ver reduzidas suas pretensões; ela não diz que esse estado de realização mútua de desejos de oferta e demanda é externo e durará para sempre. A ciência está muda, é desnecessária, mais atrapalha do que ajuda. (PAULANI, 2005, p. 136)

Vê-se que aos neoliberais não cabe lugar para o dissenso, é preciso tê-lo como um dogma religioso em que a rendição deve ser completa. Deste modo, a (re)leitura neoliberal é, antes de tudo, pragmática e utilitarista.

O consenso ativo

Houve, durante décadas, uma construção minuciosa de uma narrativa cuja finalidade era argumentar que o Estado interventor, em qualquer grau, era uma fonte inesgotável de inflação por suas artimanhas econômicas – em alguns casos as políticas anticíclicas – e, assim, fundamental na perpetuação da crise econômica e do desemprego. Alegavam que as estatais eram, em sua maioria, deficitárias e prejudiciais à sociedade e que por isso necessitava-se alocá-las no campo da iniciativa privada ou do mercado, o regulador *ótimo e eficiente*. Falava-se, também, eram focos de corrupção ou de encapsulamento dos “grupos de pressão” cuja orientação das ações eram, sempre, em benefício próprio e não sob a tutela de uma normatividade legitimadora e reguladora dos comportamentos sociais¹¹, isto é, garantir liberdade política e de mercado.

Se fosse possível elencar as reformas neoliberais por graus de importância, diríamos que existe uma tríade fundamental: Reforma Administrativa do Estado, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência. Aqui está contido todo o pacote de privatizações das estatais, “controle” dos gastos públicos, flexibilização das relações trabalhistas com foco na desarticulação das entidades sindicais, perda de direitos conquistados e a abertura de um excelente campo de atuação para o capital financeiro através da privatização da previdência.

No Chile aconteceram debates sobre a necessária limitação gastos do Estado, mas o que prevaleceu, enquanto forma de atuação dos neoliberais, foi a intensificação das privatizações. E, lembremo-nos, não fora de uma vez. Entre 1975-77 ocorre a primeira onda e, entre 1983-84, a segunda. O resultado foi desastroso. Cálculos de uma Comissão

¹¹En síntesis, en materia económica el neoliberalismo postula la propiedad privada individual, la reducción del tamaño e intervención del Estado, la privatización y descentralización de la actividad económica y social, y un rol preponderante del mercado, libre de distorsiones e interferencias, en todas las actividades humanas. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 18)

Parlamentar feita para investigar as privatizações dão conta de uma perda relativa de 27 a 69% do total do capital destas 30 empresas entre 1978-90¹².

No Brasil, porém, o debate público acerca das privatizações tem ganho, agora, contornos mais claros e proposições mais evidentes. Recordemo-nos que Jair Bolsonaro se elegeu com uma plataforma que pretende, inclusive, privatizar nossa maior estatal, a Petrobrás. Entretanto, o que está em voga atualmente é a privatização dos Correios, que já conta com a aprovação presidencial. Agora, quanto à limitação dos gastos do Estado, já tivemos, ainda no Governo Temer, a PEC do Teto (PEC 241/55) que congela por vinte anos os gastos públicos. Cabe dizer que esta proposta, em contexto de precarização das condições de vida da população, afeta diretamente os gastos “sociais” como educação e saúde.

Os contornos das novas bases de reprodução do capital envolvem, certamente, o controle mais restrito das relações de trabalho, ainda que, externamente, apareçam como uma estratégia de dar maior autonomia aos trabalhadores. Acontece que autonomia, para os neoliberais, tem a ver com autonomização dos trabalhadores, isto é, quebrar os elos de resistência existente entre eles. O *Plan Laboral* chileno é, neste aspecto, emblemático. O contexto era de latente insatisfação popular com os rumos da ditadura militar e, apesar de tímidas, com ações de reforço da luta sindical¹³. Funcionou, então, como uma válvula de escape para despressurizar os movimentos sociais que se preparavam e se projetavam também através dos organismos internacionais.

No Brasil, em 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista, claramente recessiva, cujos pontos centrais muito se assemelham ao Chile: flexibilização das relações de trabalho, criação da categoria nova de trabalho intermitente, custos das ações trabalhistas podendo ser paga pelos trabalhadores, regularização da terceirização das atividades-fim, fim da contribuição sindical obrigatória e outros. O principal argumento era que modernizar as relações de trabalho faria com que os empresários estivessem mais

¹² Cf. CHILE, 2005, p. 174.

¹³ Em uma desvirtuação completa, Bardón, Carrasco e Vial defendiam (1985, p. 253) que a lógica de monopolização das empresas advinha da monopolização exercida pelo trabalho nas negociações coletivas e agrupamentos para além das unidades produtivas. Logo, “la nueva legislación, al situar las negociaciones a nivel de cada empresa, ha terminado con las modalidades monopólicas que producen desempleo y efectos indeseables de carácter inflacionario”, assim, “en los últimos años se observa una mucho mayor creación de sindicatos que en el pasado y las negociaciones colectivas han sido favorables a los trabajadores y se han llevado a cabo en un plan más técnico y serio. La politización ha disminuido, pero es necesario dejar establecido que si el Estado mantiene su tamaño económico, vuelve al control y a una actuación discrecional y se alzan las tarifas aduaneras, habremos creado nuevamente las condiciones para un sindicalismo de corte político”. (*Idem*, p. 255)

dispostos a contratar, no entanto, o que se viu é uma manutenção das taxas de desemprego com amplo crescimento das vagas informais de trabalho¹⁴.

A segunda modernização chave foi a elaboração da *Reforma Previsional* no qual estava contemplada a transferência para a iniciativa privada da gestão dos fundos de pensão existentes do governo¹⁵. Outra vez foi Piñera quem liderou o processo. As críticas mais severas às novas normas e diretrizes eram de que as pensões tiveram uma baixa considerável. E isso era verdade, justamente porque os reajustes sempre eram muito abaixo do índice inflacionário.

El nuevo sistema se sustentó en la capitalización individual. Cada trabajador cotiza obligatoriamente durante su vida activa. Los fondos que él reúne son administrados por las AFP, que son empresas de servicios con fines de lucro. Las AFP invierten los fondos de los trabajadores en distintas actividades e instrumentos financieros, con el objeto de hacerlos crecer en el tiempo. Cuando el trabajador jubila, comienza a recibir el monto que ahorró. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 79)

A forma de cooptação das grandes massas de trabalhadores foi a diminuição das quantias acumuladas mensalmente por cada trabalhador. Isto aumentava a renda líquida dos mesmos, portanto raramente ficavam de fora quando tinham a oportunidade. Outro impulso foi a retirada da contrapartida do empresário. Nas *Administradoras de Fondos de Pensión (AFP)* não haviam mais cotizações dos empresários, que, a partir daquele momento, iriam fazer com que seus funcionários todos aderissem. Cada um trasladado significava 5% a menos de gasto¹⁶.

No Chile, em ambas as reformas, Piñera quis que os empregados tivessem mais comprometimento com o local de trabalho¹⁷. Com o Código de Trabalho dava vazão para

¹⁴Cf. <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/11/11/reforma-trabalhista-completa-1-ano-veja-os-principais-efeitos.ghtml>

¹⁵ “Para justificar esta modernización, los Chicago boys sostuvieron que el sistema anterior estaba técnicamente quebrado, aparte de que adolecía de serias dificultades de administración. Efectivamente, alrededor de un tercio de los recursos del sistema de reparto eran aportados por el Estado. La realidad es que el gobierno quiso eliminar esos aportes sociales, en la dirección de disminuir el déficit fiscal. Pero en el largo plazo ese efecto se anuló. Fue el Estado, y no las nuevas generaciones de trabajadores que se incorporaron a las Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP), gestionadas por empresarios privados, quien pasó a financiar las pensiones del sector pasivo que permanecieron en el antiguo sistema”. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 79)

¹⁶ Os militares sempre apoiaram e proclamaram as benesses do sistema referido, contudo, fizeram permanecer na mão do Estado os fundos de pensão da caserna.

¹⁷ “Era, sin embargo, indispensable cambiar el sistema de reparto por el de capitalización, porque el primero invita inevitablemente a las presiones de los grupos organizados y, por lo tanto, las discriminaciones, las injusticias y la quiebra del sistema. (...) Cuando se observan estas discriminaciones es forzoso reconocer que la solidaridad teórica del sistema de reparto era, sencillamente, una burla y que lo correspondía era un sistema de capitalización que disminuyera las presiones de los grupos y permitiera

eficiência empresarial, ou seja, quanto melhor o trabalho interno, mais fácil será a negociação com os donos. Na *Reforma Previsional*, “además de fomentar el individualismo – la pensión depende del ahorro personal –, los trabajadores se verían afectados ante cualquier inestabilidad política en el sistema”, tendo como essência a ideia de que “los trabajadores se solidaricen con el sistema, pero, aparentemente, no con otros trabajadores” (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 81).

No Brasil, a proposta para a Reforma da Previdência reproduz exatamente os pontos centrais levantados na chilena. Num contexto de agravamento da crise econômica, com milhões voltando a estar abaixo da linha de pobreza, essa Reforma significa, a depender do tipo de trabalho e da região do País, trabalhar até a morte, quer seja pelo tempo de contribuição, quer pela idade mínima para se aposentar. Tal qual já apontamos, no Chile, essa capitalização da previdência abre um novo setor para que o capital financeiro especule com o dinheiro do contribuinte¹⁸. Há, porém, outro fator importante, que é a não contribuição dos empresários para com as previdências de seus funcionários.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou um estudo em que avalia os pontos centrais e assevera sua posição dizendo que o regime de capitalização significa a privatização de uma área essencial à vida humana: a da Proteção Social¹⁹. No Chile, por sua vez, depois de trinta anos dentro deste regime, criou-se um movimento de amplas proporções que busca pautar o debate público para que a Previdência volte a ser estatal. Dizem eles:

Según estimaciones de la Comisión de Pensiones creada por la presidenta Bachelet, se proyecta que la mitad de las personas que hayan cotizado más de 33 años, obtendrán una tasa de reemplazo inferior al 39%, vale decir, si durante sus últimos 10 años recibían un salario de \$600.000, su pensión será menor a \$234.000. El informe de la misma Comisión revela que en el mediano plazo, el 99% de las pensiones será menor al salario mínimo. Un problema social de proporciones, más aún si se espera un creciente proceso de envejecimiento de la población chilena (KREMERMAM, 2017).

Contrário daquilo que os defensores da atual Reforma da Previdência argumentam, a experiência do Chile deixa evidente que a financeirização dos Fundos Previdência beneficiam banqueiros e especuladores financeiros, de modo geral. O

una pensión que correspondiera a los verdaderos ahorros de los diversos trabajadores, sin perjuicio de reconocer la jubilación mínima para aquellos en peor situación, beneficio que debe pagarse con fondos generales de la nación”. (M.;A.;G., 1985, p. 256)

¹⁸Cf. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/20/reforma-da-previdencia-entenda-a-proposta-ponto-a-ponto.ghtml>

¹⁹ Cf. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/03/17/5-pontos-do-Dieese-sobre-a-proposta-da-reforma-da-Previdencia>

trabalhador, por sua vez, aparece como o grande prejudicado, visto que os ganhos recebidos ficam muito abaixo do correspondente recolhido quando trabalhando. Não sendo possível deixar de nomear o aumento exponencial do número de moradores de rua no Chile.

Considerações finais

Nosso propósito foi identificar aproximações e apontar semelhanças, entre o projeto do Jair Bolsonaro no Brasil, com o Chile de Pinochet e suas reformas estruturais empreendidas pelos Chicago Boys. Do mesmo modo, nosso interesse, compreende demonstrar que as orientações gerais de ambas as experiências, perpassam pela implementação e intensificação de reformas estruturais no âmbito neoliberal.

A apresentação das particularidades deste processo escapa aos limites possíveis deste ensaio, todavia, em concordância com o pensamento gramsciano, destacamos que, no Brasil ou no Chile, as esferas econômica, política e ideológica, metodologicamente distintas, permitem reconhecer os elementos constitutivos da articulação do bloco histórico.

A continuidade desta perspectiva analítica requer a consideração dos intelectuais orgânicos, visto que, desempenham papel fundamental no exercício da hegemonia e na conformação de uma reforma intelectual moral.

Referências:

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Tradução, Giovanni Semeraro. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CHILE. Roberto Fuentes Innocenti. Abogado Secretario de La Comisión (Org.). *Informe de la Comisión Investigadora encargada de analizar presuntas irregularidades en las privatizaciones de empresas del Estado ocurridas con anterioridad al año 1990*. Santiago, 2005. 477 p. Disponível em: <www.archivochile.com>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. *La Herencia de los Chicago Boys*. Santiago: LasEdicionesdel Ornitorrinco, 1989. 209 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 3*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. *Cadernos do cárcere, vol. 4*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KREMERMAM, Marco. *AFP y buenas pensiones: una ecuación imposible*. 2017. Disponível em: <<http://www.nomasafp.cl/inicio/?p=804>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LARA, Ricardo. *Notas luckacsianas sobre decadência ideológica da burguesia*. In RevistaKatal., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, Jan./Jun. 2013.

M., Álvaro Bardón; A., Camilo Carrasco; G., Álvaro Vial. *Una década de cambios económicos: la experiencia chilena 1973-1983*. Santiago: Andrés Bello, 1985. 286 p.

MATHIAS, Meire. *Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais*. Espaço Acadêmico, Maringá, p.69-75, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1044>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: anatomía de un mito*. 3. ed. Santiago: LomEdiciones, 2017.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e o discurso econômico*. Prefácio, Francisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

Resumo: A forma agressiva e contundente como o neoliberalismo tem implicado, outra vez, a dualidade, humanidade ou barbárie, representa algo novo, mas como uma derivação de um conteúdo sócio-histórico. A esta nova amálgama não se pode implicar uma forçosa genericidade, mas faz-se mister entender a particularidade brasileira emanada por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. Tal projeto afeito à ditadura pinochetista, e às reformas realizadas pelos Chicago Boys, mantém um fluxo orgânico, embora não seja completamente identificável.

Palavras chave: Brasil, Chile, reformas neoliberais, hegemonia, bloco histórico.

Resumen: La forma agresiva y contundente en que el neoliberalismo ha implicado, una vez más, la dualidad, la humanidad o la barbarie, representa algo nuevo, pero como una derivación de un contenido sociohistórico. Esta nueva amalgama no puede ser implicada por un carácter genérico forzado, pero es necesario comprender la peculiaridad brasileña emanada por Jair Bolsonaro y Paulo Guedes. Tal proyecto acostumbrado a la dictadura de Pinochet, y las reformas llevadas a cabo por los Chicago Boys, mantiene un flujo orgánico, aunque no es completamente identificable.

Palabras clave: Brasil, Chile, reformas neoliberales, hegemonía, bloque histórico.

Abstract: The aggressive and forceful way in which neoliberalism has implied, again, duality, humanity or barbarism, represents something new, but as a derivation of a socio-historical content. This new amalgamation cannot be implied by a forced genericity, but it is necessary to understand the Brazilian peculiarity emanated by Jair Bolsonaro and Paulo Guedes. Such a project accustomed to the Pinochet dictatorship, and to the reforms carried out by the Chicago Boys, maintains an organic flow, although it is not completely identifiable.

Keywords: Brasil, Chile, neoliberal reforms, hegemony, historical bloc

*Artigo recebido em 20/09/2020

*Artigo aceito em 28/10/2020